

Buraco negro ameaça fazendeiros

Relator adverte: política agrícola cai junto com reforma agrária

Os ruralistas que estiverem trabalhando pela manutenção do "buraco negro" no texto constitucional podem perder tanto quanto os trabalhadores sem terra. É que, além da reforma agrária, o capítulo III da Ordem Social contém várias formas de estímulo à política agrícola, que os produtores rurais têm interesse em ver preservadas. A advertência foi feita ontem pelo porta-voz indicado pelo relator Bernardo Cabral, o relator adjunto José Fogaça (PMDB/RS), lembrando que as duas partes correm grandes riscos se confirmarem a intenção de apresentar emendas coletivas. Na falta de acordo, o relator está insistindo com todas as lideranças no sentido de acertarem a melhor tática de votação, com a aprovação do texto do relator, e a partir daí, os dois grupos antagonísticos terão autonomia para suprimir os pontos de que discordam, com destaque para os pressivos.

Na parte da manhã, o relator titular e os adjuntos se reuniram com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com quem discutiram todas as possibilidades regimentais de votação. No final da reunião, segundo o senador José Fogaça, ficou claro que o texto do relator Bernardo Cabral tem completa prioridade para ser votado na sessão prevista para terça-feira, às 14 horas. Se o relator for derrotado, só então começará a ser apreciada as emendas coletivas, com preferência para as que conseguirem o maior número de assinaturas. "As emendas coletivas, mesmo com 280 assinaturas, não poderão ter preferência sobre o texto do relator, que, por ser de consenso, não precisa ser apresentado com assinaturas", ratificou Fogaça.

Hoje, às 21 horas, termina o prazo de 48 horas para a entrega de todas as propostas — o texto do relator e as emendas coletivas —, sem a possibilidade de qualquer prorrogação. No domingo, os textos serão impressos e distribuídos aos constituintes que poderão, a partir das 8 horas da segunda-feira, solicitar os requerimentos de destaque para votação em separado. Os DVSs só poderão ser aceitos se forem requeridos com pelo menos 187 assinaturas.

Até o final da noite de ontem, o relator Bernardo Cabral não tinha sequer o esboço do texto que apresentará hoje às 21 horas, mas a tendência é que tome por base propostas apresentadas pelo PFL com o apoio da UDR e o texto do acordo rejeitado pelo líder do PFL José Lourenço. "Eu não posso adiantar nada neste sentido, mas o relator Bernardo Cabral se posicionou nesta direção ao

dar o seu parecer pela rejeição do texto da Sistematização em plenário", disse Fogaça.

Depois da reunião e o almoço com Ulysses Guimarães, Cabral e seus auxiliares se transferiram para o gabinete da Comissão de Sistematização, onde passaram a tarde recebendo lideranças de todos os grupos envolvidos na questão da reforma agrária. Um dos primeiros a chegar foi o deputado José Lins (PFL/CE), que paralelamente está ajudando a redigir a emenda coletiva do Centrão. Na saída, o líder centrista alegou que viera apenas para "trocar idéias", já que estaria disposto a apoiar "incondicionalmente" qualquer proposta do Centrão.

Logo em seguida, foi a vez do líder do governo Carlos Sant'Anna, que demorou pouco e saiu tão logo chegaram os deputados Vicente Bogo (PMDB/RS), Nelson F. F. de Azevedo (PMDB/PR), Amauri Müller (PDT/RS) e Vivaldo Barbosa (PDT/RJ). "Nós estamos conversando e fazendo um levantamento de todas as alternativas em termos de matérias existentes. Já que nenhuma das propostas poderá inovar", observou Fogaça, esclarecendo que, pelo regimento, se o texto do relator for aprovado, todas as demais propostas serão prejudicadas.

Só mais tarde chegou ao gabinete do relator Bernardo Cabral um grupo de lideranças das entidades que defendem a reforma agrária, liderado pelo presidente da Contag, José Francisco dos Santos. Numa avaliação das conversas e dos elementos colhidos ao longo do dia, o senador Fogaça revelou que, como na fase de negociações, há uma convergência de 90% sobre todos os pontos que envolvem a reforma agrária. "Continua pegando a questão da intocabilidade da terra produtiva, o que é tudo", diz.

Ele considerou ainda que a dificuldade maior que os líderes encontraram para conciliar os interesses dos dois grupos foi provocada pelo "jogo político dos que querem transformar a questão agrária em cavalo de batalha para alcançar outros vícios".

Eu, particularmente, acho que a apresentação de emendas coletivas é sempre boa, porque colabora com o processo, mas considero que quem fizer isso agora está correndo o risco de se responsabilizar pelo buraco branco definitivo no texto constitucional — alertou o relator adjunto, lembrando que, nesta hipótese, a Constituição não faria nenhuma referência à reforma agrária, mas também não traria princípios que garantam a proteção da política agrícola.



Cabral ouviu parlamentares de todas as tendências antes de apresentar a sua emenda de conciliação

Esquerda não desiste das desapropriações

O vice-líder do PMDB, deputado Euclides Scalco (PR), assegurou ontem que a emenda coletiva que as lideranças partidárias (com exceção do PFL e do PL) irão apresentar hoje ao relator Bernardo Cabral já conta com 311 assinaturas, o que garante, desde já, a sua aprovação pelo plenário da Constituinte.

Ele afirmou que a emenda é idêntica à proposta aceita quinta-feira por todos os líderes dos partidos durante as discussões realizadas na liderança do PMDB na Constituinte, e excluiu desse acordo o PFL e o PL, que aderiram às teses defendidas pela UDR com relação à terra produtiva. A proposta coletiva dará tratamento especial às propriedades produtivas, porém, não as exclui da desapropriação, caso não estejam cumprindo as exigências relativas a sua função social.

Para a terra que for desapropriada por interesse social e para fins de reform

ação agrícola, a emenda coletiva estabelece que a indenização será prévia e justa em títulos da dívida agrária (TDA), com cláusula de preservação do valor real, e resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de emissão.

As benfitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro. E a imissão da posse da terra desapropriada obedecerá a um procedimento contraditório, de rito sumário, regulamentado por lei complementar depois da promulgação da nova Carta.

Além disso, o item desapropriação, a emenda coletiva resguardará, de maneira integral, a pequena e média propriedade, desde que seu proprietário não possua outra.

O artigo 220, referente à função social, estabelece que a propriedade rural terá que atender, simultaneamente, segundo critérios, graus e exigências, os itens de aproveitamento racional e adequado; pre

servação do meio ambiente; obediência às leis de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Nessa emenda coletiva, o artigo que trata de política agrícola deverá ser acatado integralmente pelo Centrão, já que ainda durante as negociações realizadas na semana passada, os constituintes conseguiram obter um consenso absoluto sobre essa matéria.

Além disso, o seu otimismo com relação a essa emenda coletiva, o deputado Scalco disse que na próxima semana o número de assinaturas coletadas poderá chegar a 350. No entanto, ele afirmou que o Regimento Interno da Constituinte não proíbe que o constituinte assine mais de uma emenda coletiva. Com isso, o parlamentar que assinar a emenda das lideranças poderá assinar, também, a proposta do Centrão, já que assinatura não é compromisso de voto.

Para Ibsen, Caiado age como político

Porto Alegre — "O Sr. Ronaldo Caiado está tratando de fazer o que aparentemente tanto abomina, que é preparar sua carreira política. E já apresenta alguns vícios, como o de cantar vitória quando perde". A opinião foi manifestada ontem pelo líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (RS), ao classificar como extremamente positivo o "Buraco Negro" surgido em torno da votação do capítulo que trata da reforma agrária pela Constituinte.

Segundo ele, a derrota da proposta do Centrão e a rejeição também do texto da Comissão de Sistematização foram articuladas pela liderança do partido na Constituinte, através do senador Mário Covas. "Com equilíbrio, o Senador consegue encaminhar a reforma agrária para uma solução negociada e que não seja inócua, pois permitirá a realização, de fato, da reforma no Brasil."

Ele sustentou que, se não houver entendimento em torno de uma nova proposta, a posição do PMDB, que conjuga os critérios de produtividade e função social para as desapropriações, já conquistou o apoio de setores conservadores que antes apostavam na posição do Centrão e da União Democrática Ruralista (UDR).

Ibsen afirmou que está sendo negociado um prazo para que os proprietários com áreas indicadas para desapropriação do texto social.

Ulysses teme que capítulo seja excluído

O capítulo da reforma agrária corre o risco de não constar do texto final da Constituição. O alerta é do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Ele conversou ontem com os jornalistas na porta da residência oficial, após uma reunião de duas horas com o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

"Se não decidirmos pelo texto que está sendo elaborado disse —, é claro que a matéria não entrará na Constituição, o que eu lamento muito". O presidente da Constituinte, entretanto, usará toda sua capacidade de negociação para que o novo texto seja aprovado pelos grupos parlamentares.

O presidente da Constituinte tem certeza de que haverá entendimento: "Eu acredito no acordo. Esta é a razão da existência do buraco negro: quando as partes não podem se entender, busca-se um texto que permita a convergência. Teremos um texto geral e o res-

to vai para a legislação ordinária". Ele está convencido de que o entendimento entre as esquerdas e o Centrão sairá rapidamente. "E eu vou trabalhar nesse entendimento. O buraco negro não é o cemitério", afirmou Ulysses Guimarães, que não garantiu ainda o entendimento com o PFL e o PL. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, vota com o Centrão.

Ulysses é favorável ao texto do relator traduzindo a media do pensamento do plenário. "O ponto é este — afirmou Ulysses —, a desapropriação da propriedade produtiva que não estiver cumprindo sua função social". Quanto aos critérios de produtividade, Ulysses não quis entrar em detalhes: "Não sei se é produção de capim, feijão, soja. Quem vai dizer isso é a lei ordinária, sem subterfúgios e sem fraudes. Agora, se não chegarmos ao consenso, a matéria não entrará na Constituição", insistiu.

Jader prega síntese com decreto agrário

O ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, acredita que o melhor caminho para se sair do impasse criado na Constituinte com relação à questão da reforma é o entendimento e a apresentação de um texto que possa abranger parte do que foi apresentado pela Comissão de Sistematização, em especial no que diz respeito à função social da terra; o decreto 2363, de outubro do ano passado, assinado pelo presidente Sarney, a partir do qual já foram desapropriados 1 milhão 300 mil hectares.

Jader Barbalho considera que a Constituinte deve deixar claro que a propriedade produtiva não pode ser objeto de desapropriação. Terra produtiva, segundo o ministro, é toda aquela que leva em consideração a função social, que é racionalmente ocupada, tem respeitadas a questão ecológica e as relações trabalhistas.

Segundo o ministro, um texto nesse sentido corresponde ao pensamento da sociedade brasileira, e o processo de reforma agrária poderá ser realizado de forma tranquila, dentro do programa econômico e social, sem desestruir a produção, concluiu Jader Barbalho.

ACORDO

A proposta de reforma agrária que será apresentada pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Cons-

tituinte, em substituição aos textos do Centrão e da Sistematização, ambos rejeitados, deverá ser praticamente a mesma sobre a qual já se havia chegado a acordo ontem e que foi derubada por pressão do UDR, segundo o deputado José Jorge (PFL-PE). Ele acredita que o acordo sobre a reforma agrária vai, finalmente, ser definido, e que apenas o item sobre a desapropriação da propriedade produtiva irá à votação em plenário, podendo haver pedido de destaque pelos representantes da UDR.

José Jorge disse que o tema somente não foi resolvido desde a semana passada, calando no buraco negro, porque o impasse interessava aos políticos dos dois extremos, tanto aqueles ligados a UDR quanto aos mais ligados a CUT, que queriam "mostrar serviço aos eleitores".

As "manobras" citadas pelo deputado pernambucano impediram que o assunto fosse conduzido com a mesma agilidade de outros, igualmente polêmicos, quando a praxe é fazer acordo sobre o que liver entendimento possível, e levar à votação apenas os itens onde não se chegue a consenso. No caso da reforma agrária, segundo José Jorge, o texto do acordo rejeitado abrangia todos os artigos, exceto o item referente a desapropriação da propriedade produtiva.

Luta por assinaturas começou no aeroporto

Sexta-feira ficou marcada como o dia da coleta de assinaturas para a apresentação de emendas coletivas ou destaques para votação em separado do capítulo da reforma agrária. Mas amanheceu, assessores do Centrão e dos partidos de esquerda se postaram no aeroporto de Brasília à espera dos constituintes que saem da cidade nos fins de semana.

Fábio Sabóia, secretário do Centrão, chegou cedo. Ele conta que, entre as 7h e 15h, conseguiu 158 apólos. No meio da tarde, já cansado, Fábio afirmava que não seria fácil para nenhum dos grupos conseguir maioria absoluta de assinaturas.

Os partidos de esquerda e a ala do PMDB liderada pelo senador Mário Covas também fizeram marcação cerrada. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), disse que os trabalhos para arrecadarem apólos começaram quinta-feira à noite, logo após o encerramento da sessão que derrubou os projetos do

Centrão e sistematização para a reforma agrária. Ontem pela manhã, foi enviado um emissário ao aeroporto à cata dos viajantes. O esquema de coletas de assinaturas atingiu também as lideranças, com cada um ficando responsável pela própria bancada. A tarde, o deputado Jorge Hage (PMDB-BA) carregava oito folhas de papel nas mãos; somadas, chegavam a 240 signatários.

No gabinete de Covas, Vivaldo deu mostras de otimismo — "chegaremos a 330 apólos". O senador peemedebista preferiu não citar cifras — "isso eu não conto" — mas afirmou que tem mais que o mínimo necessário de 280 assinaturas. Pelo resultado das duas votações de quinta-feira, quando nenhum grupo conseguiu maioria, é certo supor que toda essa movimentação servirá muito mais como forma de pressão na hora de negociar, como lembrou Pedro Dallari, assessor jurídico do Partido dos Trabalhadores.

Centrão e progressistas articulados irão elaborar substitutivos integrais ao capítulo III da Ordem Econômica. Ambos prepararam uma verdadeira estratégia de guerra. Somente na segunda-feira os pedidos de destaque serão aceitos. No entanto, ontem, antes mesmo do texto de Cabral ser redigido, os DVS (destaque para votação em separado) já estavam sendo preparados. Alguns já consultavam os 187 apólos necessários. A rapidez foi possível devido à prevenção de vários partidos que possuíam assinaturas guardadas para casos de emergência.

Tudo isso será usado caso o texto de Cabral não agrade aos setores em disputa. A expectativa geral é de que surgirá substitutivos do Centrão e do grupo de esquerda, além do de Cabral. Todos idênticos, com uma pequena ressalva ao item que trata sobre desapropriação das terras produtivas que não cumprem sua função social.

Irapuan culpa a intransigência

O senador Irapuan Costa Junior (PMDB-GO) disse ontem que a intransigência das esquerdas foi um dos principais motivos que inviabilizaram o acordo da reforma agrária, fazendo com que ela caísse no Buraco Negro. Segundo ele, "elas" não arredaram o pé da necessidade das propriedades produtivas serem objeto também de desapropriação pois alegam que devem estar sujeitas ao cumprimento de suas obrigações sociais integralmente, bem como es-

tamos em processo de produção o assentamento se torna mais fácil.

A afirmação para Irapuan Costa Junior é extremamente perigosa porque denota a intenção "que não é tão escondida assim" de promover a invasão das terras produtivas, que até o presente momento tem se mantido a salvo pelo estatuto da terra.

Para o senador Costa Junior, esse fato poderia agravar os conflitos no campo, causando sérios prejuízos à produção

agrícola, "coisas indesejáveis para qualquer brasileiro de bom senso".

Irapuan Costa Junior disse ainda que as esquerdas não foram inteligentes ao recusar a proposta do Centrão que acatava a emenda da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) exceto o parágrafo 5º que seria submetido ao voto.

Sobre o novo texto que será elaborado pelo relator Bernardo Cabral, Irapuan acha que o deputado tem que se munir de bom senso.

Centrão só aceita sanções

O Centrão resolveu banir do novo texto que elabora para a reforma agrária a palavra desapropriação, quando se trata da propriedade privada. Preferiu determinar que a propriedade está sujeita a sanções — a serem definidas em lei complementar — quando não cumprir sua função social. A redação preliminar foi concluída ontem à tarde, na liderança do PFL, quando se uniram juristas da União Democrática Ruralista e da Sociedade Rural Brasileira e os deputados Alysson Paulinelli, Luiz Roberto Pontes, Rosa Praia, Paes Landim e Bonifácio de Andrada.



Paulinelli

Apesar de o mesmo tempo em que providenciou a nova emenda, o Centrão saiu em campo para garantir as 280 assinaturas necessárias ao texto para que ele tenha prioridade de votação. Conhece que muitos dos integrantes do grupo não quiseram assinar em branco, exigindo conhecer antes a redação da emenda. Outros, fechados com a posição do Centrão, viajaram deixando a assinatura com as lideranças do movimento.

Ontem, o deputado José Lins admitiu que apenas um acordo poderá salvar a formalização de um buraco negro definitivo, com exclusão do assunto da Carta, enquanto Bonifácio de Andrada assinalava que isso só será possível se a propriedade produtiva a cumprir sua função social. Já Paes Landim explicou que isso possibilita a desapropriação destes imóveis, mas apenas de forma pública, ou seja, no caso da lei complementar estabelecer essa alternativa como uma sanção. Ou seja, disse, vai depender da interpretação que for dada ao texto. Agora, o melhor é não voltar nem excluir.

Paulinelli também explicou que não concorda com redações que sejam condicionadoras como "desde que, cumpra função so-

cial", porque isso é conceito vago. Ele não acha que esteja radicalizando: "Estamos nos prevenindo, já que não existe propriedade insusceptível de desapropriação". Salvamos a pequena e a média propriedade desde que o dono só possua aquela bem e queremos salvar a propriedade produtiva, disse, confirmando que o impasse de entendimento persiste.

Além disso, acha o deputado que se a propriedade produtiva vai se submeter à função social de acordo com os quatro itens do artigo 219, não pode ser desapropriada por título da dívida pública. E a Constituição, na sua opinião, trata com rigor esses proprietários. Paulinelli confirmou que representa na Constituinte os interesses da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira e não vê razão para outros constituintes reclamarem da presença da UDR e da Sociedade Rural Brasileira nas reuniões do Centrão.

Reconhecendo as dificuldades para solucionar o problema da propriedade produtiva, disse Paulinelli que o Centrão não vai mudar nada nas suas propostas anteriores e espera que o impasse seja resolvido com alguns cedendo em favor de textos capazes de levar tranquilidade ao campo.